



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOCE ESTADO DE MINAS GERAIS

## MOÇÃO Nº02/2024

Os Vereadores que esta subscreve, nos termos do artigo 254, inciso XIV do Regimento Interno, apresentam **MOÇÃO DE APOIO** a Emenda Constituição Estadual de Minas Gerais que dá nova redação ao caput do artigo 24 da Constituição do Estado de Minas Gerais e acrescenta os §11º e §12º ao mesmo diploma legal.

Art. 1º - O art.24 da Constituição do Estado de Minas Gerais passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.24 – A remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 7º deste artigo somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, sempre no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.

(...)

§ 11º - O Poder Executivo promoverá a revisão da remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiro Militar, da Polícia Civil, Polícia Penal, dos Agentes Socioeducativos, no prazo de cento e oitenta dias contados desta emenda, através de Lei Delegada, observada a proporção de 6 por 1, entre a maior e a menor remuneração das Forças de Segurança do Estado de Minas Gerais.

§ 12º - É obrigatória a previsão na Lei de Diretrizes orçamentárias dos recursos necessários a revisão dos servidores públicos e de todos os poderes, na forma do inciso X do art.37 da Constituição da República Federativa do Brasil.

Sendo assim, após aprovação do Plenário, solicitamos que seja registrada nos anais desta Casa Legislativa a presente Moção de Apoio.

Câmara Municipal de Rio Doce, MG, em 08 de março de 2024.

**Avenida Dom Pedro II nº 8, Graminha**  
**CEP: 35442-000 - Rio Doce – MG – Fone (31) 3883-5284**  
**E-mail: camara@camarariodoce.mg.gov.br**



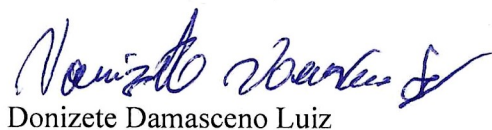
# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOCE ESTADO DE MINAS GERAIS

  
Fernando Cesar de Jesus da Silva

  
Selma Cristina Sousa Neves

  
Edson Ramos Albergaria

  
Alexandre de Araújo Lima

  
Donizete Damasceno Luiz

  
Geralda Maria de Oliveira Vieira

  
Edmundo Denizete Rodrigues

  
Geraldito Marcelino Miranda  
Geraldo Marcelino Miranda

  
Sandro Ramos da Silva



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOCE ESTADO DE MINAS GERAIS

## JUSTIFICATIVA

O inciso I do art. 3º da Constituição Federal/88 definiu como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil/88, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Nesta esteira, o princípio da isonomia foi consagrado como um direito fundamental de todos os Brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Assim, para dar concretude aos preceitos constitucionais precitados, em sede do artigo 37, inciso X, determina que “a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o §4º do art.39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.”

Todavia, quanto à observância este preceito constitucional, vigente desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98, ainda se encontra em mora, em face da inexistência de regulamentação, normativa para estabelecer uma data-base para a revisão anual e obrigatoriedade de inclusão na Lei de Diretrizes Orçamentárias dos recursos necessários para assegurar a efetivação deste direito de natureza alimentar.

Em Minas Gerais a mora legislativa na regulamentação deste direito, ao que ao longo dos últimos 25 anos, serviu de combustível para fomentar recorrentes mobilizações dos integrantes das Forças da Segurança Pública para movimentos reivindicatórios, que resultaram em elevados custos para a tropa: perda de vidas, endividamentos, desagregação familiar, danos psicanalíticos irreversíveis, centenas de processos judiciais e administrativos, transferências, demissões, estiolamento da Segurança Pública, atividade indispensável ao desenvolvimento econômico e a paz social.

Por isto, a alteração proposta tem por finalidade assegurar substancialmente, um direito de natureza constitucional, promover estabilidade nas relações entre os servidores públicos e o Estado, abolir a violência patrimonial e psicológica praticada pelo Estado em desfavor de seus servidores públicos.

A inserção do § 11º tem por escopo promover a regulamentação do 6º do artigo 24 da Constituição do Estado que determina expressamente: “lei estabelecerá a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos de Minas Gerais. Por fim, a inserção do §12º tem caráter de imprescindibilidade para garantir, no orçamento





# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DOCE ESTADO DE MINAS GERAIS

público, os recursos necessários à efetivação da recomposição, anual da remuneração anual dos servidores públicos.

Câmara Municipal de Rio Doce, MG, em 08 de março de 2024.

  
Fernando César de Jesus da Silva

  
Selma Cristina Sousa Neves

  
Edson Ramos Albergaria

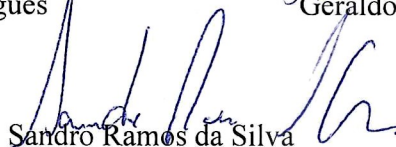
  
Alexandre de Araújo Lima

  
Donizete Damasceno Luiz

  
Geralda Maria de Oliveira Vieira

  
Edmundo Denizete Rodrigues

  
Geraldo Marcelino Miranda

  
Sandro Ramos da Silva